

# **Reflexões basilares sobre diálogos interculturais: mundos surdo e não-surdo**

**Edeilce Aparecida Santos Buzar,**  
*Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília*

**Orquídea Coelho,**  
*Doutora em Educação, Universidade do Porto*

---

Date of Submission: 26-12-2024

Date of Acceptance: 06-01-2025

---

## **I. Introdução**

A experiência surda, desde a década de 1960, passou a ser vista também sob um prisma socioantropológico, segundo o qual, a partir do diferencial biológico, os surdos constroem uma visão de mundo pautada em aspectos culturais, predominantemente visuais e espaciais. Um dos marcos principais dessa nova abordagem foram os estudos linguísticos desenvolvidos por William Stokoe nos EUA que, ao voltar o seu olhar de pesquisador sobre o povo surdo, demonstrou que a forma de comunicação utilizada por ele era uma língua de sinais/gestual<sup>1</sup>, e que os surdos faziam parte de uma comunidade e de uma cultura.

Doravante, as línguas de sinais/gestuais são reconhecidas, por parte dos que admitem esta perspectiva, por seu papel no desenvolvimento das potencialidades cognitivas, emocionais, sociais e culturais do sujeito surdo. Nesse sentido, as línguas de sinais/gestuais são consideradas línguas genuínas da comunidade surda e como principal elemento de integração e de caracterização da cultura surda.

Outrossim, estudos pautam-se em pesquisas a respeito das habilidades desenvolvidas por crianças surdas filhas de pais surdos, para afirmar que a surdez em si não ocasiona déficits cognitivos, afetivos ou sociais, pois essas crianças conseguem desenvolver todas as habilidades, independentemente das peculiaridades auditivas, ainda que por outras vias. Sendo assim, “a surdez profunda na infância é mais do que um diagnóstico médico; é um fenômeno cultural com padrões e problemas sociais, emocionais, linguísticos e intelectuais que estão inextricavelmente ligados” (SACKS, 1998, p. 76).

Dessa forma, o modo de olhar o surdo e as consequências da surdez ampliam-se. A questão do déficit auditivo deixa de ser o enfoque único, e um discurso político sobre ser surdo avança. Ou seja, o discurso clínico e reabilitador que se baseava na concepção de deficiência, é paulatinamente confrontado pela introdução de um discurso social que acrescenta a categoria da diferença para compreender este modo peculiar de desenvolvimento. Esta expansão de paradigma influenciou e influencia, diversos estudos e ações relacionadas às pessoas surdas. Assim, o termo “Surdo”<sup>2</sup> refere-se àquele que nasceu Surdo ou que ensurdeceu cedo (às vezes mais tarde) na infância. Para esta pessoa, as línguas gestuais, as comunidades e as culturas do Coletivo Surdo representam a sua experiência primária e a sua identidade. Muitos percebem essa vivência como essencialmente similar à outras minorias linguísticas (LADD, 2013, p. xiv).

Sendo assim, adotaremos como princípio epistêmico essa definição, por trazer para o centro da discussão o enfoque comunitário e cultural das pessoas surdas. É sabido que as pessoas surdas, como quaisquer outras, são plurais e possuem desenvolvimentos variados. Um dos motivos para isso se dá devido ao contato

---

<sup>1</sup> Neste trabalho utilizaremos paralelamente a terminologia língua de sinais/gestual, a fim de reconhecer o contexto de realização da presente pesquisa: a comunidade surda portuguesa e a Língua Gestual Portuguesa.

<sup>2</sup> Esse autor utiliza a letra maiúscula no início da palavra – Surdo – para diferenciar do termo surdo, com letra minúscula, quando este possui apenas um entendimento clínico. Não utilizaremos neste trabalho esta diferenciação gramatical, mas o conceito social adotado.

com o outro, e essa multiplicidade dá a essas pessoas especificidades linguísticas, identitárias e culturais. Neste trabalho, nosso enfoque recai sobre as pessoas surdas sinalizadoras.

Além disso, atualmente, uma nova terminologia é acrescentada ao campo social para se contrapor à clássica divisão na qual os surdos são sempre ditos por último e como a parte imperfeita na relação com os ouvintes: é o termo não-surdo<sup>3</sup>.

Cuche (1999, p. 12), referindo-se à pluralidade do conceito de cultura, afirma:

As lutas de definição são, em realidade, lutas sociais, e o sentido a ser dado às palavras revela questões sociais fundamentais. Sendo assim, é preciso ir além do entendimento da simples denominação e torna-se primordial percebermos o que significa e o que está por trás de uma determinada definição.

Corroborando essa sua afirmação, entendemos que as diferentes nomenclaturas utilizadas neste artigo devem ser elucidadas devido à sua importância como categorias sociais. Assim sendo, vale destacar que partimos da compreensão cultural da palavra surdo para nos referirmos a uma comunidade que possui perdas auditivas, desenvolve-se por meio de singularidades espaço-visuais e constrói valores, línguas de sinais/gestuais, cultura, para exprimir essas especificidades. Por conseguinte, o termo 'não-surdo' denomina um grupo de pessoas que se desenvolve por meio de características e valores orais-auditivos e que expressa sua cultura por meio da língua oral. Em suma, usaremos a expressão não-surdo para nos referirmos aos ouvintes.

No entanto, há não-surdos que participam da comunidade surda, os quais denominaremos 'Aliados', utilizando um termo cunhado por Ladd (2013), pois integram a comunidade surda, seja por objetivos parentais ou profissionais. Geralmente são bilíngues (língua de sinais/gestuais e língua oral) ou participam quotidianamente das lutas e anseios da comunidade surda. Com frequência, esse grupo é formado por familiares ouvintes de pessoas surdas, codas<sup>4</sup> e profissionais ouvintes que atuam junto à comunidade surda, como professores, tradutores/intérpretes, gestores da educação, entre outros, e demais pessoas que possuem algum tipo de vínculo com as pessoas surdas, seja no formato associativo, afetivo ou linguístico.

Outro grupo é composto por não-surdos que não participam da comunidade surda, os Leigos, para também utilizar um termo de Ladd (2013), que desconhecem a questão surda e seus elementos culturais. Conforme define esse autor (id., p. 13), o leigo é "qualquer um que não esteja diretamente empregado em domínios relacionados com Surdos, nem em domínios profissionais adjacentes".

Considerando o exposto, o lugar de fala das autoras deste artigo é circunscrito ao campo dos não-surdos. Em outros termos, são ouvintes, com discernimento crítico e autocrítico quanto ao papel dos ouvintes na rede histórica de relações com os surdos, almejando a transformação. Portanto, fazem parte do grupo dos Aliados, pois tanto uma como a outra são profissionais da educação de surdos, possuem larga experiência junto à comunidade surda e validam as reivindicações linguísticas, emocionais, educacionais, culturais e sociais do povo surdo.

Especificamente com relação à primeira autora, além de sua atuação profissional, é integrante da comunidade surda brasileira, fluente em Língua Brasileira de Sinais (Libras/LSB) e, durante seu pós-doutorado, imergiu no campo de estudos da comunidade surda portuguesa. Sem conhecimento da Língua Gestual Portuguesa (LGP), mas com compreensão da cultura surda em geral, adentrou no sistema de relações entre surdos e não-surdos, tornando-se objeto cognoscível, sem perder de vista a sua ação epistemológica.

Baseamo-nos, portanto, no estudo *O índio e o mundo dos brancos*, do filósofo e antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, a respeito do qual ele declara, em entrevista concedida a Mariza Peirano:

Eu passei a ser um pólo desse sistema. Eu tentei entender esse sistema. Apenas, a minha dificuldade foi sempre ver de dentro da sociedade indígena; mas o meu dentro era estar no sistema interétnico. (...) Mas esse mundo é tão entrelaçado, que é o sistema interétnico, que você entra na dinâmica das relações (OLIVEIRA, apud PEIRANO, 2012, p. 38).

---

<sup>3</sup> Há trabalhos anteriores (FERREIRA, 2019; GUIMARÃES, 2013; LOPES TERCEIRO, 2018) que adotam uma terminologia próxima à que utilizamos, mas apresentam algumas diferenças de concepção. No caso dos autores citados, o (não) Surdo refere-se ao ouvinte que integra a comunidade surda, isto é, diz respeito somente aos aliados. Da mesma forma, os estudos de Anater (2008) e Marques (2008) trazem definição semelhante à anterior, apesar de escrita distinta (não-surdo e não surdo), a partir de um enfoque multicultural.

<sup>4</sup> Codas são filhos de Surdos Adultos (*Children of Deaf Adults*).

Fundamentadas nessa perspectiva, o resultado dessa vivência entre surdos e não-surdos é relatado aqui e serve como reflexão para buscarmos compreender a gramática das relações sociais entre surdos e não-surdos, as relações estruturais de dominação e as possibilidades de diálogo e de conexões. Sendo assim, a nossa intenção é analisar posturas tomadas de antemão por surdos e não-surdos que podem ter efeito no encontro/desencontro entre ambos. Tomamos por base experiências pessoais e comunitárias em entidades associativas portuguesas, sustentadas em reflexões sobre fragmentos do contexto relacional, articulados com a teoria da aculturação e da interculturalidade crítica.

## **II. A diferença surda e a matriz colonial de poder**

Ao revisitarmos a história da coexistência entre surdos e não-surdos, percebemos o quanto tem sido difícil aos surdos serem reconhecidos como sujeitos culturais. Em linhas gerais, na Antiguidade havia a eliminação física de pessoas que se desenvolviam de forma diferente, na qual os surdos estavam incluídos. Posteriormente, na Idade Média, não podiam estudar, receber herança, casar, entre outros direitos. Com o tempo, os surdos passaram a ser compreendidos como vítimas do destino, sob o fortalecimento do viés religioso e paternalista. Mais tarde, com o avanço da medicina e da tecnologia na Idade Moderna, passaram a ser vistos como doentes; e várias possibilidades de reabilitação e cura foram inventadas e testadas. (SKLIAR, 1997).

Além disso, em 1880 ocorreu o Congresso de Milão, organizado por educadores, religiosos e médicos não-surdos, no qual se proibiu o uso da língua de sinais/gestual pela comunidade surda na escola, impondo-se o oralismo<sup>5</sup> como única metodologia de ensino. Essa comunidade sofreu formalmente durante um século, mas sabe-se que foi muito mais do que isso, uma vez que as consequências da proibição de sua língua repercutem até os dias atuais.

Observamos, dessa forma, uma relação assimétrica, excludente entre surdos e não-surdos, em que os contatos culturais se baseiam em estereótipos, preconceitos e normalizações. De acordo com Cavalcanti e Bortoni-Ricardo (2007), denomina-se *linguisticídio*, a imposição de uma língua hegemônica sobre os grupos. Logo, é com base nessa perspectiva de mundo surdo invisibilizada, que os surdos são percebidos costumeiramente, por meio do viés biológico de corpo faltoso, deficiente, e não pela subversão do biológico pela cultura.

Diante disso, observa-se uma relação marcada pela imposição linguística e cultural do grupo dos não-surdos. Essa postura em relação aos surdos foi nomeada por Hallan Lane como *Audismo* ou mais recentemente definida por Carlos Skliar, como *Ouvintismo*<sup>6</sup>, que de acordo com eles, trata-se de uma relação colonizadora dos não-surdos em relação aos surdos. Observa-se que a configuração do ser ouvinte pode começar sendo uma simples referência a uma hipotética normalidade, mas se associa rapidamente a uma normalidade referida à audição e, a partir desta, a toda uma sequência de traços de outra ordem discriminatória. Ser ouvinte é ser falante e é, também, ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto, significa não falar, surdo-mudo e não ser humano (SKLIAR, 1998, p. 21).

Dessa forma, expressar-se por meio da fala oral é prontamente relacionado com ser normal, saudável, completo. A audição é a régua da normalidade ouvinte. Como consequência, as pessoas surdas são compreendidas como anormais, deficitárias e demandando correções. O que se observa a partir da Idade Moderna é a fundamentação das ações educacionais e da área da saúde a partir dessa concepção. Logo, vemos uma construção conceitual de sujeito surdo apoiada em defeito, falta e inabilidades e um apartamento essencialista entre surdos e não-surdos.

Esse formato de relação encontra-se validado em um sistema dominante, que tende a excluir o que se desenvolve de modo diferente do apregoado como normalidade. No entanto, quanto mais o sujeito se adapta ao modelo esperado, é paulatinamente “incluído”. E assim, ocultam-se os fundamentos desta ação e os prováveis conflitos diante da diferença, ou seja, invisibilizam-se as conexões de poder e dominação que se encontram no subtexto.

Segundo Foucault (1999, p. 179):

[...] em uma sociedade como a nossa, mas, no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecerem nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um

---

<sup>5</sup> “O Oralismo pode ser definido como o sistema educativo imposto às comunidades Surdas em todo o mundo durante os últimos 120 anos, que retirou, do sistema de educação de Surdos, os educadores Surdos, as comunidades Surdas e as suas línguas gestuais” (LADD, 2013, p. xv).

<sup>6</sup> Neologismo criado por Carlos Skliar para se referir à imposição oralista e às práticas clínicas terapêuticas dos ouvintes sobre os surdos.

funcionamento do discurso. Essas relações vão se estabelecer através de múltiplas formas de dominação na sociedade.

À vista disso, a leitura que se faz do mundo surdo encontra-se pautada apenas nas questões clínicas e não culturais, omitindo-se as facetas sociais, políticas e hegemônicas, que se traduzem por classificar os grupos culturais em inferiores e superiores. Não se questiona o que está por trás de atitudes aparentemente comuns, normalizadoras e homogeneizadoras.

Daí essa lógica em torno dos surdos, representando a surdez enquanto uma inferioridade, uma doença, um déficit. Essas ideias servem de suporte para o conjunto de técnicas que se traduzem pela obsessão em fazê-los falar e a consequente proibição de usar outra forma de comunicação que não seja a oral. Daí as incansáveis atividades, intervenções clínicas, exercícios e castigos em busca de uma suposta oralidade superior à gestualidade (BUZAR, 2005, p. 59).

Em síntese, quando os não-surdos partem do pressuposto que são superiores aos surdos, que representam a norma, passam a desvalorizar os surdos e sua forma de ser e estar no mundo; mais do que isso, impõem um modelo não-surdo como referência. O que pode ser denominado como etnocídio, no dizer de Jaulin (1970 apud CUCHE, 1999), isto é, uma “destruição sistemática da cultura de um grupo, isto é, a eliminação por todos os meios, não somente de seus modos de vida, mas também de seus modos de pensamento”.

Sendo assim, pensar nos surdos como sujeitos linguísticos demorou muito tempo. O que não se costuma dizer é que, apesar disso, os surdos resistiram. E a sua língua, proibida nos contextos oficiais, era utilizada longe dos olhares controladores, por debaixo das mesas, nos banheiros, nos intervalos das aulas e em todos os lugares que o audismo não conseguia manipular, literalmente.

Além disso, as comunidades surdas descobriram muito cedo que o encontro e a criação de espaços nos quais a diferença linguística e cultural poderiam se manifestar livremente eram essenciais para o seu projeto de vida coletiva. Esse espaço são as associações de surdos, espaços de resistência (BUZAR, 2005) das línguas de sinais/gestuais e das culturas surdas.

### **III. Aproximações interculturais**

Para compreender melhor a relação entre surdos e não-surdos, baseamo-nos na seguinte definição de aculturação, encontrada no Memorando para o estudo da Aculturação (Redfield; Linton; Herskovits, 1936 apud CUCHE, 1999, p. 115): “A aculturação é o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*pattern*<sup>7</sup>) culturais iniciais de um ou dois grupos”.

Também podemos relacionar com a situação-tipo apontada por Roger Bastide (1955 apud CUCHE, 1999), quando caracteriza determinado modo de aculturação como forçada, organizada, em benefício de um grupo, no qual busca modificar a cultura de um grupo dominado, para submetê-lo aos interesses do grupo dominante. Nesse sentido, o que ocorre na verdade com ações ouvintistas é uma deculturação (no sentido etimológico do termo, uma decadência, uma desestruturação), e não, uma aculturação. Ou melhor, quando os não-surdos pensam e agem por meio de práticas oralistas e seu conjunto de técnicas e instrumentos, com o objetivo de banir a cultura surda e propor o modelo não-surdo como ideal, estão promovendo uma deculturação.

Por outro lado, a interrelação entre grupos com culturas diferentes sempre houve e haverá. No caso dos surdos, 95% são filhos de pessoas não-surdas (QUADROS, 1997), a maioria estuda em escolas com não-surdos, desenvolve amizades com alguns não-surdos, trabalham com não-surdos, ou seja, relaciona-se com não-surdos com bastante frequência. No entanto, esta realidade não deve servir para lhes submeter ao que é equivocadamente considerado padrão ou normal. Pelo contrário, as relações, as estruturas e as instituições podem se transformar a partir do encontro com a diferença existente em um e outro grupo. É sabido, porém, como vimos anteriormente, que foi exatamente o contrário o que ocorreu com as pessoas surdas ao longo do percurso histórico.

No entanto, esta relação encontra-se delimitada fronteiramente no que diz respeito à língua, valores, questões emocionais, relações de poder, enfim, é de fronteiras culturais de fato que se trata. Nessa direção, compreendemos que a interculturalidade crítica (WALSH, 2009), como processo, diálogo, caminho, trânsito, transicionalidade, poderá contribuir com a criação de possibilidades de contatos com os surdos sustentados na diferença cultural. Desta forma, concebemos a interculturalidade como enriquecimento cultural, isto é, como ponte de reconhecimento entre esses campos diferentes, surdos e não-surdos.

Então, assumir a interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais, para além de toda a hierarquização, em um contexto de complementaridade que

---

<sup>7</sup> Modelo cultural (*cultural pattern*) designa o conjunto estruturado dos mecanismos pelos quais uma cultura se adapta ao seu meio ambiente (CUCHE, 1999, p. 115).

possibilita a construção de um diálogo. Este, por sua vez, permite a partilha de conhecimentos, para além de toda a falsa oposição entre o moderno e o tradicional, a cultura escrita e a cultura oral, a racionalidade e a dimensão afetiva. Essas falsas oposições impregnam as relações humanas e as aprendizagens (NARBY, 2000, 2005 apud MARÍN, 2009, p. 128-129).

Para assumirmos a interculturalidade crítica como ponte, é preciso, antes de tudo, admitir que os surdos possuem cultura. Conforme dito anteriormente, ao comprovar cientificamente em 1960 que a comunicação dos surdos era uma língua, com todas as complexidades estruturais e relacionais que uma língua pode ter, Stokoe acrescentou que eles também possuíam uma cultura específica. Na atualidade, a despeito do reconhecimento legal das línguas de sinais/gestual em diversos países – por exemplo, no Brasil (Lei 10.436 de 24/04/2006) e em Portugal (Lei 1/97 de 15 de novembro de 1997) – e da virada que esta descoberta promoveu no campo dos Estudos Surdos, adicionando uma perspectiva sócioantropológica, ainda se enfrentam muitas dificuldades para se admitir que os surdos possuem cultura, que existe cultura surda.

Assim como o conceito de cultura foi sendo forjado ao longo do tempo e resultou em diferentes concepções, a compreensão de que os surdos possuem uma cultura singular é um assunto com diferentes pontos de vista, principalmente: o dos dominadores e o dos dominados. Em nossa ótica, a língua de sinais é o principal elemento da comunidade surda, ao mesmo tempo que ela demarca “geograficamente” ou constitui a área cultural dessa comunidade. Se considerarmos, como Sapir (apud CUCHE, 1999 [1958], p. 78-79), a relação entre linguagem e cultura, podemos afirmar que o problema das relações entre linguagem e cultura é um dos mais complicados que existem. Pode-se, primeiramente, tratar a linguagem como produto da cultura: uma língua em uso em uma sociedade reflete a cultura geral da população. Mas, em outro sentido, a linguagem é uma parte da cultura; ela constitui um de seus elementos, [...] Mas isto não é tudo: pode-se também tratar a linguagem como condição da cultura e por duas razões; é uma condição diacrônica, pois é sobretudo por meio da linguagem que o indivíduo adquire a cultura de seu grupo. Educa-se e instrui-se a criança pela palavra; ela é criticada ou elogiada com palavras. Colocando-se em um ponto de vista mais teórico, a linguagem aparece também como condição da cultura, na medida em que a cultura possui uma arquitetura similar à linguagem. Tanto uma como outra se edificam por meio de oposições e correlações, isto é, por relações lógicas.

Nesse sentido, como uma das principais características da cultura surda é a língua de sinais/gestual, por vezes fica difícil saber onde começa uma e onde a outra termina. Isso significa, na verdade, que as duas agem de forma complementar por meio de uma estrutura espaço-visual que influencia tanto o modo de comunicação quanto o modo de pensamento, os valores, os símbolos, as regras, entre outros aspectos. Continuando com Sapir (apud CUCHE, 1999 [1950], p. 95), toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros.

Dessa forma, a cultura torna-se o elemento mais identificador da humanidade, pois é por meio dela que vivemos e sobrevivemos, é por seu intermédio que podemos ressignificar e interpretar o mundo à nossa volta, segundo uma ótica de vida. De acordo com Cuche (1999, p. 9), “a noção de cultura (...) é necessária para pensar a unidade da humanidade na diversidade para além dos termos biológicos (...) fornecer a resposta mais satisfatória à questão das diferenças entre os povos. (...) O homem é essencialmente um ser de cultura”.

A autora Karen Strobel (2008) parte de uma visão plural de cultura, a partir do campo teórico dos Estudos Culturais. Construindo o conceito de cultura surda em contraposição ao de cultura ouvinte, denuncia o ouvintismo como um modelo clínico, reabilitador, curativo e de tratamento, que entende as pessoas surdas sob um patamar de doença, defeito. A autora ressalta a grande influência dos médicos e fonoaudiólogos sobre os pais ouvintes (não-surdos) de filhos surdos e diz que a construção do deficiente auditivo e a proibição da língua de sinais são resultados desse modelo perverso de olhar a surdez. Afirma também que a identidade surda é constituída pela língua de sinais e pela cultura surda. Utiliza, ainda, o termo povo surdo para se referir ao conjunto de normas, valores e comportamentos que compõem a comunidade surda.

Diante de tudo isso, compreendemos que as pessoas surdas sinalizadoras pertencem a um mundo essencialmente visual, no qual as expressões faciais e corporais, conjuntamente com a língua de sinais/gestual, integram um cenário cultural surdo. E é dessa forma que interagem no mundo, pensam visualmente e se relacionam com demais grupos culturais, a partir de um prisma espaço-visual.

A relação mundo surdo e não-surdo encontra-se sustentada em um poder não-surdo, mas também em um contra-poder surdo, em uma resistência surda, que se concretiza por meio dos instrumentos, símbolos, valores que a comunidade surda tem construído ao longo do tempo, modos peculiares de ser e estar no mundo. É evidente que essa relação está longe de ser simétrica, equitativa e igualitária; muito pelo contrário. Conforme reconhece Cuche (1999, p. 125), “as relações culturais devem então ser estudadas no interior dos diferentes quadros de relações sociais que podem favorecer relações de integração, de competição, de conflito, etc.”

Portanto, para compreendermos melhor as possibilidades de encontros entre a cultura surda e não-surda, realizamos a seguinte pesquisa de campo.

#### **IV. Pesquisa qualitativa e observação participante**

Para este estudo, optamos pela pesquisa qualitativa, que pode ser descrita pelas seguintes características:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa (...) (BOGDAN, 1982 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130).

Tais características justificaram nossa escolha por esse tipo de pesquisa, considerando que buscamos compreender os impasses ou diálogos interculturais entre surdos e não-surdos a partir da imersão em entidades associativas da comunidade surda portuguesa. E esse formato de pesquisa permite o estudo em cenários naturais, nos quais se encontram o participante (ROSSMAN; RALLIS 1998 apud CRESWELL, 2012). Desse modo, durante oito meses, nos integramos a essa comunidade e a seus eventos e, por meio de observação intensiva das relações, incluindo a nossa própria interferência no contexto, e de modo etnográfico, passamos a registrar detalhadamente as impressões obtidas.

Assim sendo, ingressamos em algumas associações de surdos em Portugal, nas quais a própria vivência com os surdos integrantes desses espaços de encontros e a relação que travavam com as demais pessoas do grupo dos não-surdos nos permitiram problematizar os entraves e facilidades nessa convivência, ampliando o nosso olhar para a compreensão da realidade relacional entre surdos e não-surdos. Nesta pesquisa o nosso olhar se debruçou sobre aspectos que caracterizam as interações do grupo dos surdos em relação ao não-surdos e vice-versa, a fim de identificar possíveis obstáculos e facilidades nesse convívio, ou seja, analisamos o efeito desses encontros como possibilidades de reflexão sobre a relação intercultural. Para tanto, a pesquisa de campo mostrou-se pertinente, uma vez que: “uma pesquisa de campo procura coletar dados que lhe permitam responder aos problemas relacionados a grupos, comunidades ou instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade, sendo mais frequentemente utilizada pelas áreas das ciências humanas e sociais, mediante técnicas observacionais e com a utilização de questionários para a coleta de dados” (FONTELLES et al., 2009, p. 7).

A análise sustenta-se em uma interpretação cuidadosa da descrição da interação ou dos discursos emitidos por participantes dos grupos nos âmbitos anteriormente referenciados. Busca-se entender a lógica simbólica em jogo (mitos, crenças, valores, significados) por detrás de determinadas atitudes que se apresentaram no contexto das relações entre surdos e não-surdos nos momentos observados e que se encontram conectadas com modos de ser e pensar da sociedade em geral.

Dessa forma, selecionamos alguns discursos e atitudes como material de análise da convivência entre surdos e não-surdos, que ocorrem em microespaços institucionais, mas que também podem refletir a e na sociedade de maneira geral. O referido corpus, oriundo das conversações no cenário da comunidade surda portuguesa, nem sempre é fruto de uma ação consciente do sujeito, nem pode ser generalizado. Mas o que se busca é obter uma compreensão ampliada do subtexto das mensagens interrelacionadas com a coexistência de forças antagônicas ou não, isto é, o que pode favorecer ou não os contatos culturais entre surdos e não-surdos. Para tanto, utilizaremos a análise de conteúdo, que [...] constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção (MORAES, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 103).

Em suma, o nosso objetivo neste estudo é identificar aspectos subjetivos e sociais, para além do que foi emitido no momento da interação, ou seja, manifestos ou latentes, a fim de aprofundar a compreensão das reais condições de diálogo entre surdos e não-surdos.

#### **V. Experiência intercultural subjetiva**

Considerando o que foi descrito anteriormente, a análise permitiu desenvolver categorias que foram construídas a partir de crenças, valores e suposições impregnados nos discursos e ações dos sujeitos surdos e não-surdos naqueles contextos. Logo, organizamos os fragmentos dos discursos e atitudes nas seguintes categorias: Colonialidade ouvintista e a inexistência do outro; O mito da idealização e a desconfiança; Confluência de reconhecimento e a aceitação facilitada.

V.I Da perspectiva dos não-surdos Leigos

V.I.I Colonialidade ouvintista e a inexistência do outro

Em um evento numa das associações de surdos visitadas, a maioria das pessoas que se encontravam ali eram surdas e as demais não-surdas (leigas e aliadas). Percebemos uma clara demarcação linguística, portanto, cultural e geográfica: os surdos conversavam uns com os outros, o grupo de não-surdos leigos também conversava entre si, um não-surdo leigo estava isolado e uma não-surda aliada<sup>8</sup> adentrou no local.

Ao entrar, a referida aliada experimentou um misto de entusiasmo – ao se deparar com um grupo grande de surdos portugueses – e, ao mesmo tempo, temor – por não dominar a língua dessa comunidade. Assim que avistou um dos surdos conhecidos, foi até ele muito feliz por reencontrá-lo. O surdo, que também demonstrara forte acolhimento ao vê-la, após os cumprimentos iniciais, sugeriu que ela ficasse junto ao não-surdo leigo que se encontrava isolado, indicando sua posição como não-surda na comunidade.

Ao serem apresentados, os não-surdos imediatamente travaram uma conversa. E o não-surdo leigo, profissional da educação, começou a teorizar (intelectualizar) a respeito do mundo surdo, afirmando que sabia do que se tratava a problemática social da surdez, levantando pontos supostamente científicos a respeito. Notamos que essa pessoa não era um estudioso da temática “comunidade surda”, desconhecia a língua de sinais/gestual e estava naquele recinto pela primeira vez. No entanto, conhecia uma pessoa surda e sempre que precisavam, segundo ele, comunicavam-se somente por meio da escrita da língua portuguesa.

Nessa mesma situação, ao nosso lado haviam jovens não-surdas, também leigas, conversando em língua oral. Uma delas comentou: “Não é certo ficarmos falando aqui em língua oral”. Ao que a outra retrucou: “Eu não quero ‘ensurdar!’”. E a outra emendou, rindo: “Ensurdecer”. Todas gargalharam muito. Esse grupo não demorou a ir embora.

Em outro evento organizado por uma entidade surda portuguesa em um restaurante, surpreendemo-nos quando o garçom/empregado de mesa que estava atendendo aquela confraternização, dirigiu-se precisamente a nós, os únicos não-surdos do evento, apesar de ter mais de vinte surdos na mesa, para saber se era o momento de partir o bolo. Isso foi motivo de muito riso entre nós, pois desconhecíamos toda a programação do evento. Um surdo explicou aos presentes que, geralmente, os profissionais não-surdos leigos buscam outro não-surdo na mesa para estabelecer a comunicação.

No final de outro evento científico, uma pessoa que trabalhava na recepção, não sabia Língua Gestual Portuguesa (LGP) nem conhecia a comunidade surda, chamou-nos perguntando se conhecíamos alguém daquele evento e pediu que lhes avisasse que o horário havia terminado, confirmando o que falara a pessoa surda no evento anterior.

Análise:

No contexto acima, chamou-nos atenção que, apesar do não-surdo leigo não ter conhecimentos aprofundados sobre a cultura surda, continuou a adotar uma postura hegemônica de conhecimentos e de superioridade em relação ao outro, realizando uma análise intuitiva da complexidade que é ser surdo em meio a uma comunidade não-surda.

O que se depreende é que essa atitude pode se sustentar em uma suposição de que os não-surdos conhecem tudo sobre os impactos da experiência surda, assumindo, assim, uma atitude de supremacia sobre o outro, o outro surdo. Este tipo de concepção serve de suporte para que se decida o que é melhor para os surdos, como foi feito ao longo da história, no que diz respeito à sua língua, a seu formato de educação, a seu modo de socialização e, em muitos casos, até em relação à sua vida propriamente dita.

Até os dias atuais, encontramos posturas leigas ouvintistas (SKLIAR, 1998) que supõem saber o que é melhor para os surdos, especialmente no que diz respeito às políticas públicas educacionais, nas quais questões afeitas à língua de sinais/gestual, identidade e cultura surda são consideradas de menor importância, em nome de uma presumida integração de todos e todas. Como se fossem cidadãos de segunda categoria, constroem-se inclusive políticas públicas a seu respeito, porém não se consideram as demandas históricas da comunidade surda, suas narrativas de luta, suas estratégias de resistência à opressão colonialista (LANE, 1990).

Em outras palavras, o que se destaca aqui são os impasses da relação normalizadora sobre a comunidade surda, que busca corrigi-la, consertá-la, a fim de enquadrá-la em um determinado padrão, para supostamente incluí-la. Estamos nos referindo, portanto, a uma interculturalidade funcional (TUBINO, 2005), em que as diferenças são colocadas como parte de uma estrutura pré-estabelecida, mas que, na prática, não alteram as relações, não questionam o jogo político que está por trás dessa matriz de poder na qual os não-

---

<sup>8</sup> A perspectiva de **não-surda aliada** refere-se à primeira autora deste artigo. Ressalta-se, mais uma vez, que esta pertence à comunidade surda brasileira e não à portuguesa, com todas as nuances que podem surgir desse encontro.

surdos estão sempre em uma relação hierárquica com os surdos, em que estes não são parte da tomada de decisão.

Além disso, no caso referido, o não-surdo leigo relacionava-se há alguns anos com uma pessoa surda, mas não sabia a língua de sinais/gestual, afirmando que a comunicação escrita em língua portuguesa era suficiente. Sabe-se, no entanto, que a língua portuguesa é segunda língua para a comunidade surda, especialmente a sinalizadora/gestuante, como nesta circunstância. Observa-se assim, que a produção de conhecimentos desses grupos é desvalorizada ou invisibilizada.

O interessante é que, durante toda uma trajetória, o não-surdo leigo achou que não foi necessário aprender a língua do outro, mas lançar suas bases de poder epistêmico sobre, sim. E, “nesse sentido, os conhecimentos produzidos por sujeitos socioculturais subalternizados são negados, reduzidos a crenças, opiniões, magia, entendimentos intuitivos que, na melhor das hipóteses, podem se tornar objeto ou matéria-prima para a investigação científica” (CANDAU, 2016a, p. 25).

Assim, torna-se imprescindível compreender que o conhecimento da língua portuguesa pelos surdos é geralmente instrumental/funcional, com algumas exceções. Muitos não-surdos acreditam que basta se comunicar com os surdos por meio da escrita, pois supõem que o surdo entenderá tudo, uma vez que a escrita é visual. Sabemos que ler está para além de decodificar letras, senão o processo de alfabetização não seria tão inquietante. E como a língua oral é uma segunda língua para as pessoas surdas, o conhecimento linguístico, mesmo escrito, é, na maioria das vezes, instrumental.

Dessa forma, questionamos: o que impede familiares, professores e demais profissionais, amigos, companheiros, entre outros, de aprenderem a língua de sinais/gestual, se os surdos estão em um esforço contínuo de aprender a língua portuguesa? Poderíamos supor uma presença de um poder hierarquizado cultural, no qual a inexistência do outro pauta as relações? Por que os surdos são continuamente cobrados a aprender a língua oral e o mesmo não se dá com os não-surdos em relação à língua de sinais/gestual, mesmo estando em longa data nesse percurso? É preciso desnudar os fundamentos sociais, políticos e epistêmicos que estão por trás dessas atitudes.

Com relação ao grupo de não-surdas leigas que supostamente deduziram que naquele contexto somente haveria surdos, pode-se dizer que inferiram que a comunidade surda é um grupo homogêneo, isto é, uma crença puramente essencialista do que significa comunidade surda. Além disso, observamos em seus discursos, da mesma forma, uma ausência de reconhecimento da cultura surda e a presença do mito de superioridade ouvinte. Verifica-se assim o poder colonial dos não-surdos sobre os surdos. A surda tcheca Vera Strnadová, em seu livro *Como é ser surdo* (2000), sintetiza a situação: “É uma vida ao lado dos ouvintes, mas não COM eles”.

Baseado em perspectiva semelhante, instaura-se, a partir daí, uma relação de conflito e de polaridade, na qual algumas autoridades não-surdas se acham no direito de curar, tratar, moldar, investigar, educar os surdos a partir da dominação epistêmica e do poder linguístico, gerando uma situação de assimetria entre os referidos grupos. É importante que se diga que a maioria dos não-surdos leigos que se autorizam esse lugar de dominação sobre os surdos, seus saberes e sua cultura, é composta por profissionais e acadêmicos, os “especialistas”, no dizer de Ladd (2013, p. 14):

Muitas pessoas Surdas sabem há muito que as perspectivas e as atitudes das pessoas comuns são tanto mais positivas ou menos prejudiciais que as tidas pelas profissões que detêm o poder sobre as nossas comunidades. Existe dentro das culturas Surdas uma linha de pensamento virtualmente inquebrável de que muitas pessoas “ouvintes” têm exibido um fascínio dissimulado ou aberto para com o poder e a beleza das línguas gestuais. Além do mais, inúmeras pessoas Surdas sentem também que, sendo os leigos devidamente informados do que acontece por detrás da máscara da benevolência profissional, a sua indignação e repulsa consequentes levá-los-ia a tornarem-se aliados.

No entanto, para esse autor e para nós, há um grande contingente de não-surdos leigos que poderiam compreender melhor e interagir com a comunidade surda, desde que tivessem acesso adequado aos fatos relacionados com a comunidade surda, sua língua e sua cultura.

Em síntese, é importante refletirmos que nenhuma cultura é completa e universal. Precisamos da interação com o outro diferente para garantir a pluralidade como característica primordial da natureza humana. Mas, antes de tudo, não é demais resgatar a memória dos fatos que estruturam historicamente as relações entre surdos e não-surdos, devido a uma matriz colonial que exclui e estereotipiza sujeitos culturais diferentes do dito padrão normalizador. Se os surdos são considerados deficientes, inferiores, por não saberem a língua dos não-surdos, o que dizer dos não-surdos que, mesmo com todas as condições, não aprendem a língua de sinais/gestual? Torna-se fundamental o princípio da incompletude para que nos relacionemos melhor.

## V.II Da perspectiva dos Surdos

### V.II.O mito da idealização e a desconfiança

No primeiro dos vários encontros que tivemos em uma associação de surdos portuguesa, deparamo-nos com uma situação no mínimo inusitada. Adentrou no recinto uma pessoa com ar de superioridade, e apresentaram-nos a ela, que se identificou como ouvinte. Explicamos a ele o motivo da visita e foi bastante frio e sucinto, dizendo que aguardássemos a diretoria. Algum tempo depois, observamos um surdo dirigindo-se a ele e perguntando se era mesmo ouvinte e ele respondeu: Surdo parcial.

Em outro momento, quando estávamos em um grupo, vimos um dos surdos da referida associação comentando, com as intérpretes que o acompanhavam, que havia conhecido anteriormente um não-surdo, que estava realizando uma pesquisa e queria que ele avaliasse um material. Este perguntou se ele iria lhe pagar, pois já estava cansado de ser explorado. Percebi que as intérpretes ficaram constrangidas e não traduziram essa parte, mas confirmamos com elas o que havíamos entendido.

No meio de um evento organizado por outra entidade associativa, entraram dois não-surdos leigos, imediatamente foram “patrulhados” pela comunidade surda presente: o que essas pessoas estavam fazendo ali? O que queriam? era o que se percebia nas expressões dos surdos e nos sinais, gerando um grande incômodo. O evento foi parado até que se chegasse a um desfecho. Ao final, descobriram que aquelas pessoas estavam em um evento errado. Nesse mesmo evento, no qual a pesquisadora era a única não-surda que desconhecia a LGP, uma das pessoas surdas que o coordenava foi até ela e questionou: “você precisa mesmo de intérprete?”. Após a resposta afirmativa, ela retrucou com expressão irônica: “porque os surdos não precisam”.

#### Análise:

Não é incomum observarmos em alguns surdos uma idealização do mundo não-surdo, por isso, algumas vezes, surdos oralizados ou bilíngues podem se apresentar como “ouvintes”, desejarem ser ouvintes e acreditarem que os ouvintes não possuem problemas ou que ser surdo é viver em um mundo limitado, como se ser não-surdo nos outorgasse algum tipo de status ou classificação superior.

Por outro lado, uma boa parte do povo surdo nutre uma desconfiança com relação aos não-surdos: o que estão fazendo aqui? O que querem de nós? Esse outro aspecto importante na relação surdo/não-surdo diz respeito ao fato de que muitos surdos se sentem “usados”, aproveitados pelos não-surdos, e isto lhes traz muita suspeita. No caso acima, o evento foi parado para que os não-surdos leigos se retirassem, como se houvesse um segredo que não pudesse ser compartilhado com determinados tipos de não-surdos.

Tudo isso é efeito do encontro colonizador com o outro, fruto de uma sociedade em que os não-surdos ocupam posições de poder, de decisão e são considerados “normais”, enquanto os surdos enfrentam todo tipo de obstáculo em suas relações com o outro, inclusive familiares, acadêmicas ou profissionais, e são rotulados de deficitários. Nesse sentido, estas possíveis crenças, de que o não-surdo é perfeito ou de que não é confiável, apesar de contraditórias, resultam da mesma origem, de uma relação autoritária, de imposição linguística, epistêmica e cultural, ou seja, de uma relação traumática e que promove nos dias atuais, novos conflitos entre ambos.

Quando os não-surdos sobrepõem seu conhecimento com o objetivo de dominar os surdos, de excluir suas singularidades linguísticas e culturais, por exemplo, isso provoca uma contraordenação na comunidade surda, que busca atuar para se igualar ou se defender. Por vezes, isto pode desencadear um fechamento da comunidade, de sua cultura, que a fim de se proteger, busca a homogeneização.

Sendo assim, torna-se urgente desestabilizarmos os saberes e poderes que historicamente se encontram na relação dos surdos e não-surdos, enfrentarmos as crenças e os mitos, tanto de um lado como de outro, mas especialmente do lado da sobreposição política, considerando que as crenças dos surdos são efeitos da relação de dominação, a fim de evitarmos “cair” no essencialismo ou em um universalismo diferencialista que encerra cada particularidade em seu próprio contexto (CANDAU, 2016b). Precisamos pensar e agir na pluralidade, nas relações interculturais, que de fato favoreçam a troca, o intercâmbio e o reconhecimento mútuo.

### V.III Da perspectiva dos não-surdos Aliados

#### V.III.I Confluência de reconhecimento, aceitação facilitada

No primeiro contato que tivemos em uma associação de surdos portuguesa, uma das coisas que mais nos despertou a atenção é que fomos acolhidas de imediato, apesar da diferença linguística. Conseguimos estabelecer uma comunicação básica e percebemos que o fato de ser fluente em LSB facilitou-nos o acesso ao grupo.

Fomos recebidas por um membro surdo da associação que nos levou para dentro. As intérpretes que ali estavam nos atenderam e prontamente intermediaram a comunicação entre nós e o grupo dos surdos. Participamos de jantares, comemorações, eventos científicos, entre outros eventos. É evidente que o obstáculo da ausência de uma comunicação eficiente impactou também esses encontros. Precisávamos de intérprete em quase todos os momentos. Contamos várias vezes com a colaboração de intérpretes de LGP, surdos e não-surdos, que voluntariamente se dispuseram a nos ajudar nas dificuldades de comunicação. Em eventos mais

formais, como os acadêmicos, contamos com a atuação profissional de intérpretes de LGP, que trabalharam não somente para a pesquisadora, como para todos os presentes.

Ainda assim, percebíamos a necessidade de aprimorar a comunicação e a decisão da matrícula imediata em um curso de LGP foi inevitável, assim como a frequência em associações ou eventos organizados pelas comunidades surdas passou a ser semanal. Além disso, assistíamos a programas televisivos com janela de interpretação em LGP e paulatinamente fomos começando a compreender o básico da comunicação. Aprender o alfabeto, da mesma forma, foi primordial para dar início às conversações.

Uma segunda estratégia utilizada foi a mistura de línguas, juntando o alfabeto de LGP, alguns sinais aprendidos no curso e palavras em língua portuguesa. Além disso, em um dos eventos no qual participamos, percebemos uma maior facilidade de inserção com o apoio de surdos bilíngues. No entanto, após algum tempo, vimos um dos surdos que estavam nos dando suporte, comentando com outras pessoas surdas: “Eu jamais serei intérprete! Deus me livre!”. Compreendemos que aquela situação não era muito confortável para ele e buscamos nos esforçar mais para nos comunicar diretamente em LGP.

Como ainda não era totalmente possível, tivemos a ideia de misturar LGP com LSB, pois uma boa parte dos surdos é poliglota em línguas de sinais e conseguia compreender um pouco melhor o que estávamos tentando falar. Outrossim, buscávamos utilizar um sinal aprendido no curso de LGP, imediatamente em um contexto conversacional, autêntico, com os surdos. Em alguns momentos, propositadamente não solicitamos a interpretação; e ao observarmos os surdos se comunicando, vivenciamos o isolamento linguístico.

Análise:

O que foi apontado anteriormente nos ajuda a refletir sobre as dificuldades que geralmente encontramos no momento de atravessar a ponte intercultural entre surdos e não-surdos e a constatação de que se torna indispensável construir estratégias para conseguirmos transpor os obstáculos. Mas o primeiro passo é adotar uma perspectiva de reconhecimento do outro e de compreensão de suas posturas. Sem desconsiderar que a travessia da ponte pelos surdos é muito mais desafiadora, envolve anos e anos de isolamento linguístico, imposições normativas, repercussões emocionais, educacionais, culturais e sociais, ainda assim, eles a têm atravessado cada vez mais.

No caso da pesquisadora, adentrar uma comunidade surda totalmente desconhecida foi facilitada pelo fato de ter fluência em outra língua de sinais, ou seja, em uma língua da mesma modalidade. Este é um privilégio importante nesta relação, coloca o não-surdo em um patamar diferente de alguém que ignora completamente esta realidade. Ainda assim, é preciso considerar que cada língua tem suas especificidades e sua relação com a cultura surda local é proeminente, tornando a interação muito complexa.

Por conseguinte, tanto os surdos lhe reconheceram como partícipe da comunidade surda, recepcionando-a, aceitando-a como parte integrante do grupo, como da sua parte houve uma legitimação de uma comunidade que possui suas diferenças culturais e que precisam ser valorizadas. Há uma apreciação mútua, um enaltecimento da diferença cultural, dos saberes do grupo, de sua língua, de sua cultura.

Dessa forma, há que se desvendar o véu do pensamento e conhecimento únicos, das posições unilaterais, nas quais apenas a nossa forma de ser e estar no mundo é considerada válida e somente os nossos saberes são vistos como científicos e por isso devem servir como modelos universais, e não só isso, serem impostos a quem pensa, desenvolve e constrói o saber diferente de nós. E como afirma Santos (2006, p. 448):

para isso é necessário ampliarmos a hermenêutica diatópica, que se estrutura (...) na ideia de que os *topoi* de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem [...] O objetivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude – um objetivo inatingível – mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro noutra. Nisto reside seu caráter diatópico (SANTOS, 2006, p. 448, grifo nosso)<sup>9</sup>

A par disso, a primeira ponte de reconhecimento rumo ao outro deve ser a imersão, isto é, a participação em comunidades surdas: associativas, religiosas, acadêmicas, entre outras. Para tanto, a aprendizagem do alfabeto manual pode se constituir como uma boa iniciativa, é fácil aprendê-lo e se estabelece como uma tentativa de adesão ao mundo surdo. No entanto, saber o alfabeto de uma língua não dá conta de toda

---

<sup>9</sup> Conforme Santos (2006, p. 447), “os *topoi* são os lugares comuns retóricos, mas abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada a sua evidência, tornam possível a produção e a troca de argumentos”.

a comunicação; é apenas um pequeno elemento em toda a complexidade das línguas de sinais/gestuais, por exemplo.

Outra alternativa inicial de comunicação utilizada pela pesquisadora foi a interlíngua. Ela buscava, por todos os meios, interagir com seus membros, compreendê-los, conhecer seus pontos de vista, sua cultura, e para isso era preciso investir na comunicação. Porém, sabe-se que isto não é suficiente, é preciso ir sempre além. Cada língua tem a sua estrutura, e o processo de combinação deve ser entendido como transitório ou peculiar a determinados contextos.

Um surdo bilíngue também pode intermediar a comunicação, ou até mesmo interpretar, em alguns momentos desse encontro. No entanto, assim como dito anteriormente, esta deve ser entendida como uma etapa temporária, pois é necessário ficarmos atentos com a nossa tendência à acomodação, ao conforto linguístico.

Experimentar o isolamento linguístico algumas vezes, como fez a pesquisadora, pode ser importante para o exercício da empatia, do conhecimento subjetivo nesse campo, da conexão com a comunidade surda para além da língua, e sim com seus anseios, demandas e dificuldades. Esse aprendizado é fundamental para compreendermos as questões-base do mundo surdo ou da cultura surda. Dito de outro modo, é importante refletirmos que se nós nos sentimos mal em um momento de nossa vida ao adentrar um local que fala outra língua, seria empático compreender como os surdos se sentem e quais as repercussões dessa vivência em sua emocionalidade, educação e sociabilidade.

Contudo, uma das decisões mais importantes quanto ao atravessamento de pontes interculturais rumo ao mundo surdo é a aprendizagem da língua de sinais/gestual da comunidade surda na qual se está imerso. A língua de sinais/gestual representa o simbolismo fundante da comunidade, da cultura surda, portanto, imprescindível na construção de relações autênticas e aprofundadas. É essencial superarmos a história hegemônica que desenvolvemos em relação a quem é diferente de nós, na qual consideramos desnecessário aprender a língua do outro, conhecer sua cultura, mas conseguimos abstrair e desenvolver conhecimentos e políticas em relação a ele.

Enfim, em uma relação que se pretende dialógica, é de suma importância que haja reconhecimento, simetria e equidade entre as partes, para que a aproximação seja pautada em relações integradoras, nas quais os direitos humanos e a diferença sirvam como base de uma sociedade em que reconheçamos a pluralidade de saberes e a cidadania, como direito de todo e qualquer grupo. Isto tudo requer alterações radicais de ambos os lados e posicionamento de uma interculturalidade crítica (WALSH, 2009) que sustente práticas, saberes e comunidades singulares.

## **VI. Objetivos**

As adversidades e convergências encontradas no relacionamento entre surdos e não-surdos demonstram que a nossa histórica relação com os surdos parte de um patamar hipotético de autoridade e se reproduz no desenrolar da trajetória cotidiana, que se mostra implacável e excludente das diferenças, em boa parte das vezes. Os surdos, por seu lado, encontram-se divididos entre idealizar o mundo não-surdo e duvidar de suas intenções, como decorrência dessa relação de dominação.

No entanto, é necessário estabelecermos pontes de reconhecimento entre os surdos e os não-surdos, nos posicionarmos do outro lado da linha abissal, no dizer de Boaventura Sousa Santos (2010), a partir de uma perspectiva epistemológica que questione a monocultura, os saberes únicos e universais, o monolinguismo, entre outros. Problematizar o porquê de as línguas de sinais/gestuais e a cultura surda continuarem a ser preteridas, em um jogo simbólico que as deixa em um segundo plano, mesmo em seus países e sociedades originárias.

A interculturalidade crítica (WALSH, 2009) funciona como uma estrutura que sustenta a ponte que precisa se estabilizar entre surdos e não-surdos. Assim sendo, “ela está orientada para o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos socialmente produzidos e para a promoção do diálogo entre eles, a construção de inter-relações e confluências” (CANDAUI, 2016a, p. 24);

Nesse sentido, na organização de planos e propostas sociais com os surdos, e não sobre eles, as questões relacionadas com o poder, a cultura, o conhecimento e a ética estariam voltadas para o encontro, o diálogo e o reconhecimento do outro. Trata-se de planos e propostas que precisam conter ações de transformação e/ou criação que contestem as costumeiras sobreposições dos não-surdos sobre os surdos, e ao mesmo tempo apresentem proposições progressistas, a fim de modificar as estruturas ouvintistas da sociedade, questioná-las, problematizá-las, ou seja, promover um projeto contra-hegemônico ao problema estrutural da colonialidade sobre os surdos.

Poder-se-ia pensar em uma aculturação planejada, no dizer de Bastide (apud CUCHE, 1999), na qual se pretende alcançar um objetivo a longo prazo, a partir do suposto conhecimento dos determinismos sociais e culturais. Este tipo de aculturação pode resultar de uma demanda de um grupo que deseja modificar seu modo de vida para favorecer seu desenvolvimento. Mas, acima de tudo, ancorar nossas relações interculturais em um processo dinâmico, a fim de conhecer o outro e a nós mesmos.

Nessas modificações, é fundamental considerar como princípio as epistemologias surdas, a fim de tornar visíveis os saberes culturalmente surdos concebidos por essa comunidade, dissimulados ou excluídos no percurso histórico, assim como as epistemologias não-surdas aliadas. Isso permitirá promover reciprocidade epistêmica e sustentação teórica e cultural à transformação desse relacionamento.

O muro da legalidade<sup>10</sup> tem sido mais fácil de ser derrubado nesse âmbito do que a muralha das posturas hegemônicas ouvintistas dos não-surdos sobre surdos. Enfrentam-se posturas etnocêntricas, políticas, sociais e epistêmicas de parte de um grupo que busca dominar o outro. A vertente epistêmica inclui reconhecer que não há somente uma língua padrão a ser valorizada. Atualmente vivemos todos uma demanda plurilinguística, quer sejam surdos ou não-surdos, em um mundo cada vez mais multifacetado e plural, em que os conhecimentos se encontram, se cruzam e se reconhecem em sua pluralidade, e no qual o diálogo intercultural é imprescindível (SANTOS, 2010).

É essencial, então, alterar concepções, mitos e posturas engessadas (colonialidade ouvintista e invisibilidade, mito da idealização ouvinte e desconfiança) e construir novas perspectivas a partir do atravessamento das fronteiras (confluência de reconhecimento e aceitação ativa). E, “para que esse diálogo seja possível, é necessário romper com os processos de homogeneização, que invisibilizam e ocultam as diferenças” (CANDAUI, 2016, p. 30).

Nesse sentido, um dos pontos a considerar é que a generalização do outro torna problemática a relação e não a favorece. Nem todo não-surdo adota uma postura hegemônica em relação aos surdos e nem todo surdo idealiza o não-surdo. Esse talvez seja um dos pontos cruciais a serem ponderados por ambas as comunidades. Há não-surdos que conhecem, convivem e fazem parte da comunidade surda. A pluralidade nos define e, como afirma Boaventura Sousa Santos, o mundo é um “arco-íris de culturas” (apud CANDAUI, 2016a).

## **VII. Considerações finais**

Em virtude do exposto, é inegável que o atravessamento de pontes interculturais seja um processo complexo e desafiador. Esse processo requer um entrecruzamento que permita reconhecer e vivenciar o outro, sem necessariamente esquecer quem nós somos. A aculturação não é uma pura e simples conversão a uma outra cultura, pois há irregularidades entre as diferentes culturas.

Com erros e acertos, singularidades e semelhanças, compreende-se que nem tudo o que caracteriza o outro mundo poderá atravessar a ponte. A metáfora mais precisa dos contatos interculturais é a ponte móvel e não a ponte fixa, porque há momentos de encontros, de passagens, intercalados com outros em que é impossível transpor. Para tanto, é fundamental modificar ações e relações, estabelecendo um modo de compreensão e reconhecimento do outro que favoreça negociações, baseadas em simetrias de forma equânime.

Tudo isso integra um projeto político com os surdos, no qual seus saberes e conhecimentos sejam valorizados e reconhecidos, eliminando as possibilidades de manutenção do status quo dos não-surdos sobre os surdos, sua imposição linguística, epistêmica e cultural, que somente contribui para a desigualdade, inferiorização e discriminação. Nesse sentido, não adianta apenas respeitar, tolerar ou “incluir” as diferenças surdas e manter a estrutura ouvintista que sustenta práticas históricas hegemônicas. O que é preciso problematizar são as contínuas relações de poder que se encontram enraizadas na história da relação dos não-surdos com os surdos e que se reproduzem nos discursos e atitudes atuais, que acabam interferindo nas relações pessoais, mas também nas relações profissionais e sociais em geral, em suma, na construção de relações interculturais.

É o momento de explorar a pluralidade e questionar a realidade, confrontar saberes estabelecidos e buscar enriquecimento mútuo. Para tanto, é preciso ampliar nossa percepção, compreender que em qualquer encontro cultural há confluências e tensões. A questão é encontrar estratégias que favoreçam e estimulem o diálogo, que sustentem as oportunidades e reconheçam os pontos de semelhança, assim como pontos de diferença, e fortaleçam os diálogos culturais

Consequentemente, torna-se necessário desconstruir práticas tradicionalmente enraizadas em nossa sociedade, que se reproduzem no dia-a-dia e até mesmo em grandes ações governamentais, como políticas públicas voltadas para a comunidade surda sinalizadora. Muitas vezes fala-se de inclusão; no entanto, as práticas podem reproduzir atitudes de exclusão ou assimilação, ao se pensar e considerar apenas uma cultura como mais importante do que a outra.

---

<sup>10</sup> Convenções internacionais que reconhecem o direito das comunidades surdas se comunicarem em sua própria língua, leis que confirmam as línguas de sinais/gestuais como línguas da comunidade surda ou decretos que regulamentam seu uso são frequentes em diversos países, inclusive Brasil e Portugal.

Em suma, ao falar de interculturalidade neste âmbito, estamos nos referindo à construção de um projeto de reconhecimento a ser edificado entre surdos e não-surdos, com políticas públicas equitativas e não homogeneizadoras.

### Referências

- [1] BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002.
- [2] BUZAR, Francisco J. R. Entre sinais e palavras: a invenção da surdez em São Luís – MA. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.
- [3] CANDAU, Vera M. F. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a Educação Intercultural. Educação em Revista, v. 32, n. 1, p. 15-34, 2016a.
- [4] CANDAU, Vera M. F. Cotidiano escolar e práticas interculturais. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 161, p. 802-820, 2016b.
- [5] CAVALCANTI, Marilda C.; BORTONI-RICARDO, Stella Maris (Orgs.). Transculturalidade, linguagem e educação. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- [6] CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- [7] CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- [8] ENGERS, Maria Emília A. Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etnográfica. In: ANDRÉ, Marli E. D. A. (Org.). Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação: notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 65-74.
- [9] FONTELLES, Mauro J.; SIMÕES, Marilda G.; FARIAS, Samantha H.; FONTELLES, Renata G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina, v. 23, n. 3, p. 69-76, 2009.
- [10] FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- [11] LADD, Paddy. Em busca da Surdidade 1. Tradução de Sintagma; Mariana Martini. Lisboa: Surd’Universo, 2013. (título original: Understanding deaf culture).
- [12] LANE, Harlan. Is there a psychology of the deaf? Exceptional Children, v. 55, n. 1, p. 7-19, 1990.
- [13] MARÍN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal no contexto da globalização. Visão Global, v. 12, n. 2, p. 127-154, 2009.
- [14] PEIRANO, Mariza. Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília, 2012.
- [15] PORTUGAL. Constituição da República. Reconhece a Língua Gestual Portuguesa (LGP) como língua da Comunidade Surda Portuguesa. 1997.
- [16] QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- [17] SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- [18] SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- [19] SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- [20] SKLIAR, Carlos (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- [21] ----- La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica. Mendoza, República Argentina: EDIUNC, 1997.
- [22] STRNADOVÁ, Vera. Como é ser surdo. Tradução de Daniela Richter Teixeira. Petrópolis: Babel, 2000.
- [23] STROBEL, Karen. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- [24] TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.
- [25] TUBINO, Fidel. La interculturalidad crítica como proyecto ético-político In: ENCUENTRO CONTINENTAL DE EDUCADORES AGUSTINOS. Lima, 24-28 de enero de 2005. Anais... Disponível em: <http://oala.villanova.edu/congresos/educación/lima-ponen-02.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- [26] WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. In: CONGRESO DA ASSOCIATION POUR LA RECHERCHE INTERCULTURELLE, 12., 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.